

Processo nº 15.564/2019

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO N.º 13/2020

Objeto: Registro de Preços visando eventual contratação de serviços gráficos.

MANIFESTAÇÃO EM PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Instado a proceder à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto foi o descrito acima, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar o edital nos sites do TRE-BA e do Comprasnet, bem como o aviso de licitação no Diário Oficial da União, com abertura prevista para o dia 17.03.2020, às 14h00 (horário de Brasília/DF).

A empresa TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA, CNPJ nº 17.615.848/0001-28, formulou, em 12.03.2020, o tempestivo pedido de impugnação ao edital, que ora se transcreve:

A fim de zelar pela isonomia do processo, e pelo princípio da competitividade, solicitamos a essa comissão que estenda o prazo de entrega previsto no CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

4.4. A contratada entregará o material no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que será providenciada pela fiscalização do contrato, no prazo de 15 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho

Uma vez que tira a total competitividade das empresas localizadas fora do Estado

(...)

No entanto, o prazo estabelecido não pode prosperar, visto que limita a competitividade e frustra o próprio escopo do processo licitatório, processo intimamente relacionado ao planejamento dos gastos públicos e ao controle de contas.

Conforme o acima exposto, esta Administração exige que o objeto seja entregue no prazo de 10 (dez) dias, entretanto o período indicado é insuficiente para realizar a entrega dos impressos, pois o objeto mencionado no termo de referência exige certa complexidade em sua fabricação, ou seja, processos mecânicos e manuais, além disso, não podemos deixar de mencionar o período de transporte que varia de acordo com o local de sede da empresa licitante

O prazo adequado, que compreenderia a participação de diversas empresas é de 30 (Trinta) dias, abarcando diversas regiões, não apenas empresas próximas do local de entrega, o que caracteriza tratamento dispare entre as empresas e limita a competição, reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado

Este fenômeno caracteriza tratamento dispare entre as empresas, limitando a competição para apenas localidades próximas e do próprio Estado, reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado.

Assim o prazo indicado por este ilustríssimo Órgão, deve ser dilatado para no mínimo 30 (trinta) dias, ou seja, 10 (dez) dias para fabricação, e 20 (vinte) dias para questões logísticas, como transporte do equipamento, e etc., e caso esta demanda não seja atendida solicitamos que este ilustríssimo pregoeiro tenha opções como solicitações de prorrogação do prazo de entrega, regulamentado pela Lei de Licitações 8.666/1993, em seu Art. 78, Inciso IV, que eximem empresas fornecedoras de penalidades com justificativas.

Ressalto que ao estabelecer um prazo ínfimo esta direcionando a fornecedores/fabricantes direto do equipamento, em razão de conter materiais a pronta entrega, contudo nem sempre esta é uma realidade, pois alguns equipamentos são fabricados no momento do pedido, o que mais uma vez demonstra cabalmente a necessidade de um prazo adequado para entrega, atendendo aos requisitos de qualidade, eficiência, para atender o Órgão em suas necessidades. O Órgão Público quando se depara com a necessidade de contratação, seja para aquisição de objetos ou a contratação de serviços, deve se submeter ao processo licitatório, pois a Administração não possui capacidade para contratar o particular livremente, sendo assim na chamada “fase interna”, a compra será justificada, acrescida de consulta de mercado para definir custo, especificação do objeto adequado às necessidades, e prazo de entrega. A faculdade para contratar com o particular está subordinada ao procedimento licitatório, pois a Administração deve estar estritamente vinculada à lei (Princípio da Legalidade), assim o período para cumprir com todas as condições é extenso, em razão da sua rigorosidade.

(...)

Diante de todo exposto, requer provimento da presente impugnação, para que esse órgão licitante efetue a dilação de prazo para no mínimo 30 (Trinta) dias para entrega do serviço, com o propósito de que a aquisição seja satisfatória, e bem sucedida, conquistando um serviço de qualidade com custo adequado. IV. Pedido Desta forma, Requer a Impugnante, que primeiramente seja aceito a presente Impugnação na forma da Lei, para em seguida de declarada procedente, com as devidas correções necessárias, afim de que seja mantido o princípio da isonomia e do interesse público; Requer alteração do prazo de entrega, pois o período adequado para entrega dos equipamentos é de no mínimo 30 (trinta) dias, ademais gostaria da inclusão junto ao ato convocatório, a respeito das solicitações de prorrogação de prazo de entrega, visto que estamos passíveis de descumprimentos de prazos em caso de empecilhos na execução do contrato. Termos em que pede e espera deferimento.

O Termo de Referência, Anexo I do Edital, no item que estabelece o local e o prazo de entrega do material, assim determina:

4.4. A contratada entregará o material no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que será providenciada pela fiscalização do contrato, no prazo de 15 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.5. A entrega do primeiro pedido de cada item a ser confeccionado deverá ser precedida da aprovação de prova, que deverá ser entregue na Seção de Gestão da Informação (SEINFO), localizada no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, sito na Primeira Avenida do CAB n.º 150 – CEP 41.745-901- Salvador-BA.

4.5.1. O prazo de entrega da prova será de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da mídia eletrônica. A mídia será enviada 02 dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho referente ao item cuja prova deverá ser confeccionada.

4.5.2. A prova será analisada pela fiscalização do ajuste no lapso de 03 (três) dias úteis, prazo após o qual será emitida a Ordem de Serviço referida no tópico 4.4, devendo a Administração indicar, na oportunidade, os eventuais ajustes necessários na prova.

4.5.3. A apreciação da prova levará em conta a fidelidade da reprodução com o arquivo original encaminhado.

Como a controvérsia trazida pelo Impugnante gira em torno da alteração do prazo de entrega do material previsto no Termo de Referência em tela, submete-se o presente pedido ao setor demandante do objeto do certame (SEINFO), para manifestação, com o antecipado acatamento do opinativo da área técnica por este pregoeiro.

Tendo em vista a proximidade da data de abertura do certame e em face da discussão aduzida pelo licitante restringir-se tão somente à dilação do prazo de entrega do material, este signatário sugere que, após a oitiva da referida unidade, haja o imediato envio deste processo à autoridade superior para proferir decisão.

À Seção de Gestão da Informação (SEINFO), para manifestação.

Salvador, em 13 de março de 2020.

Arthur Ribeiro Rocha

Pregoeiro